

O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo

Eni P. Orlandi (Unicamp)

O sujeito discursivo implica a relação do simbólico com o político. E isto tem posto muitas vezes uma série de dificuldades em sua compreensão. Vou ler uma referência feita por Francine Mazière (2005,p.62) ao trabalho que desenvolvemos no Brasil para dar a dimensão de como nosso trabalho é percebido em relação à questão do sujeito.

Diz ela: “ É sem dúvida no Brasil, essencialmente em Campinas, nos trabalhos dirigidos por Eni Orlandi, que a questão do sujeito, organizada pela ideologia e pelo inconsciente pode ser mais completamente explorada. As equipes têm ao mesmo tempo um excelente conhecimento dos textos fundamentais da análise de discurso (tudo foi traduzido) e uma dupla prática da análise de discurso, pela crítica e pela comprovação sobre corpora diversificados: corpus de discursos civilizadores, civilizados, censurados, instituintes, instituídos, em contacto, em conflito, em instituições como as academias, as universidades, a escola, a rua, em instrumentos lingüísticos que são os manuais, as gramáticas, os dicionários, e em uma língua diversa e dividida, em português, em brasileiro, em língua geral (tupi), através de todos os regionalismos que constituem os léxicos brasileiros ou português. A revista *Langages* 130 (1998), a *Hyperlangue brésilienne* dá apenas uma visão da grande variedade dessas produções, de seu constante cuidado em pensar um lugar do sujeito, na difícil (impossível) localização, ou na perda de localização e de posição.”

Devo fazer duas observações a respeito desta referência. Primeiro, que as análises com seus objetos quando se trata da análise de discurso são efetivamente capazes de trazer-fazer emergir teoricamente – descobertas, novos elementos, novos modos de compreensão

em análise de discurso. Segundo, que não era propriamente a questão do sujeito que eu visava mas é verdade que ao aprofundar nas análises me foi recorrente a questão sobre sujeito. Daí a necessidade que senti, em um dado momento de minhas pesquisas e reflexões, de fazer uma síntese de como eu via a questão do sujeito na análise de discurso. Refiro-me ao meu texto *Do sujeito no histórico e no simbólico*.(2002,p.65), de que farei aqui uma rápida menção.

Como diz M. Pêcheux o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Eu diria que ao inscrever-se na língua o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, daí resultando uma forma sujeito histórica. No nosso caso, o sujeito do capitalismo. Na figura da interpelação estão criticadas duas formas de evidência: a da constituição do sujeito e a do sentido. Crítica feita pela teoria materialista do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta quer sob o modo do objetivismo abstrato ou do subjetivismo idealista. O sujeito se submete á língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso.

Nessa perspectiva eu me perguntava o modo como concebemos o fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares. Ou seja, minha questão era: como se dá a resistência? Para pensar esta questão vamos pensar o sujeito contemporâneo e sua forma histórica. Como sabemos, a interpelação do sujeito capitalista – o sujeito da contemporaneidade – faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, ainda que, para o

sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem/pensamento/mundo. A compreensão dessa articulação de noções mostra a maneira como a subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito. Sujeito ao mesmo tempo livre e responsável, determinador e determinado. Essa ilusão se assenta a meu ver no des-conhecimento de um duplo movimento na compreensão da constituição do sujeito.

Segundo o que tenho exposto, teríamos dois momentos no movimento dessa compreensão:

Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer.

Temos acesso assim ao modo como, pela ideologia, afetado pelo simbólico o indivíduo é interpelado em sujeito. A forma sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia é uma forma-sujeito histórica com sua materialidade. A partir daí, com essa forma sujeito já constituída podemos observar outro momento desse processo.

Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite, então, compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e a

transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado.

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens. Nesse passo resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa o sujeito já individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. É esta a interpretação a meu ver equivocada que fazem os adeptos da pragmática: tomam o sujeito individualizado como se fosse a unidade de origem. E o compreendem a partir de sua ilusão: a de ser origem, com/por sua vontade.

Ao contrário, penso que é de maneira complexa que podemos pensar a questão do sujeito, da ideologia e, agora sim, da resistência como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito que então poderia ser livre e só não o é por falta de

vontade. Há, pois, o caráter irrecorrível do assujeitamento e a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza.

Esses dois momentos do processo não estão separados de modo estanque, mas são distintos. E a pergunta que nos fazemos é: pode o sujeito, ao resistir aos processos de sua individualização afetar a forma-histórica do sujeito e por aí chegar até mesmo a atingir seu modo de interpelação? Ou dito de maneira talvez menos indireta: como a reiteração da resistência do sujeito ao Estado pode afetar a forma-sujeito histórica? Não estaria aí posta a questão da contradição na constituição do sujeito?

Para responder a estas questões vou dar dois exemplos, um em que com toda clareza há submissão do sujeito ao modo como o Estado o individualiza e outro exemplo em que parece haver um trabalho de resistência ao Estado.

A questão da língua nacional é uma questão que faz parte de qualquer Estado. Ter um Estado soberano é poder representar na variedade concreta da língua, uma unidade imaginária que dá identidade aos sujeitos desse Estado. E em se tratando de formas de controle da subjetividade, a normalização da linguagem, com toda a violência contra o imaginário que ela implica, tem um papel crucial. Em seu livro “Querer Dizer, Poder Dizer” (1992) Cl. Haroche atribui um lugar central à história da gramática mostrando como a exigência de determinação toma tal importância que acaba por se confundir com o próprio projeto de gramática, produzindo uma certa noção de sujeito.

Em minhas análises – dos instrumentos lingüísticos no Brasil em que tomo, por exemplo, o gramático Eduardo Carlos Pereira e sua Gramática expositiva – tenho tido ocasião de apreender na análise da forma da gramática os efeitos de assujeitamento tal como se manifestam na ideologia, visando compreender a ambigüidade inscrita na noção moderna de sujeito que ao mesmo tempo acolhe o individualismo (como possibilidade de

resistência e revolta) e o mecanismo coercitivo de individuação, de isolamento, imposto pelo Estado ao indivíduo. Gostaria de lembrar que a noção de sujeito de direito não é equivalente a indivíduo. O sujeito de direito é o efeito de uma estrutura social bem determinada, a sociedade capitalista. Esta estrutura condiciona a possibilidade do contrato, da troca, da circulação. O assujeitamento é então interior (engaja a vontade), indispensável para uma economia, segundo Haroche (idem) que precisa da livre circulação dos bens e dos indivíduos.

Aparece então o humanismo como expressão da dominação progressiva do sistema jurídico sobre a ordem religiosa mas também como consequência das crises sucessivas que enfraqueceram a ordem religiosa. O humanismo da reforma, pela insistência no papel do sujeito, já anuncia o individualismo burguês do século XIX. Com esse sujeito, do individualismo burguês, não se trata de questionar mas de entender para se submeter.. Há dois pólos que se desenham: o da objetividade (caracterizada pelo rigor) disjunto do pólo da subjetividade (caracterizado pela indeterminação e o inefável).

Portanto, em relação à Gramática, não é em seu conteúdo mas no modo como se estrutura seu discurso em função de um sujeito de conhecimento que se encontra a marca da interpelação. A de um sujeito que deve se relacionar com o saber a língua. Sujeito em que a característica forte do individualismo e do humanismo estão presentes. Língua de que a gramática pode prover o conhecimento e, desta forma, o domínio. Aí estão pois expressas as características do sujeito da gramática: o sujeito pragmático. Daí a forma de representação da língua. Daí seu modo de funcionar como norma acessível pelo ensino no modo de funcionamento da sociedade burguesa capitalista.

Assim, podemos dizer, agora de modo geral, que a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou norma. Ela é a forma da

relação da língua com a sociedade na história. No presente caso, esse é um sujeito pragmático. E é esse sujeito, é esta posição sujeito que somos convidados (aprendemos) a ocupar quando aprendemos a língua.

Ora, esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma. Para entendermos como se resiste e como se cai “fora” da legitimidade vamos usar o exemplo da pichação e vamos caracterizá-la como lugar de resistência. Nosso objetivo é aprofundar na compreensão do segundo movimento, o da individualização pelo Estado, e da possível contradição que permite uma desconstrução da forma histórica do sujeito afetando sua interpelação. Mas para isso precisamos entender algo do processo social e para tal lançamos mão do que nos diz Schaller (2001).

Segundo este autor, a questão do século XXI é viver juntos ao mesmo tempo iguais e diferentes. A idéia da sociedade como uma totalidade, um conjunto coerente, não mais se sustenta atualmente, com seu princípio de organização sendo a estrutura das relações de classe, o sistema de instituições, a empresa da cultura. Assim, “o projeto de chegar a uma representação de conjunto da vida social a partir de algumas noções unitárias e centrais se desfaz”(F. Duber e D. Martucelli) Concomitantemente há um despedaçamento das perspectivas de análise.

Estamos na era pós-industrial. A análise em termos de classes não permite mais, por si só, dar conta da organização da sociedade e de seus conflitos. Com efeito, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. A “lutte de classes” (a luta de classes) dá lugar à “lutte de places” (a luta pelos lugares). Processo ligado a um processo profundo de “des-institucionalização”. E ao desenvolvimento de uma “cultura heróica do sujeito” que remete cada um à construção e à responsabilidade de seu próprio destino. As

relações sociais são assim sentidas como uma série de provas (ou provações) individuais. Citando Touraine, A,1991), Schaller (idem) diz: “Ontem ainda nós procurávamos definir, para compreender uma sociedade, suas relações de produção, seus conflitos, seus métodos de negociação; nós falávamos de dominação, de exploração, de reforma ou de revolução. Nós, hoje, só falamos em globalização ou em exclusão, em distância social crescente ou, ao contrário, em concentração do capital ou da capacidade de difundir mensagens e formas de consumo. Nós tínhamos o hábito de situarmo-nos uns em relação aos outros sobre escalas sociais, de qualificação, de salário, de educação e de autoridade; nós substituímos esta visão vertical por uma visão horizontal: nós estamos no centro ou na periferia, dentro ou fora, na luz ou na sombra”.

Nesse esquema o indivíduo que está “fora” não tem mais, como no caso de uma sociedade de integração piramidal, a possibilidade de imaginar que ele pode subir os degraus de uma escala, que ele pode progredir, que ele pode sair de sua situação. O fosso aparece como quase intransponível e o medo difundido é cair do lado ruim. Segundo Touraine (idem) nós estávamos numa sociedade de discriminação, nós nos tornamos uma sociedade de segregação.

A produção é substituída pelo consumo. Esse consumo não é tanto aquele de produtos manufaturados mas de produtos culturais que modelizam nossas personalidades. Participar dessa sociedade em construção tem assim a ver com a participação do fluxo de intercâmbio de informações, dos sinais de pertencimento. Decorre disso um desenvolvimento do individualismo a título de dever ser considerado. É preciso fazer o próprio lugar para ser reconhecido, tornar-se o vendedor da própria vida. Para existir, para ser reconhecido, é preciso ser útil e produtivo. Enquanto luta solitária de cada indivíduo face à sociedade para se fazer aceitar, para existir, isto é para viver e se fazer reconhecer

como cidadão por inteiro. Pessoas em dificuldade são definidas por uma falta, que se torna o elemento principal de sua identidade social. A questão é, então, apreender as forças sociais e culturais que podem contribuir para a recomposição desse mundo dualizado. “É preciso pois inverter esta percepção do funcionamento social em termos de falta de integração social, para, ao contrário, colocar no centro uma perspectiva de conflitos sociais necessários e apelar para a renovação dos processos democráticos. Isto significa que atrás da descrição dos processos de integração-exclusão, a violência da dominação deve ser desmascarada”. Não se deve pois só pensar as conseqüências individuais que produzem suas dificuldades mas também os fatores de produção de suas condições sociais.

Pois bem, é nessa perspectiva que tomamos, como exemplo do sujeito contemporâneo, a análise do sujeito da pichação e o modo como ele enfrenta sua dificuldade através da simbolização. Vejamos.

Nosso quadro de referência é o espaço urbano e, nele, a escrita. Espaço em que a mídia, as novas tecnologias de linguagem e as novas formas de se escrever/grafar/inscrever-se no símbolo fazem parte do modo como a cidade se significa, ou seja, de como o social se constitui, na medida em que, no mundo contemporâneo, o social é significado predominantemente pelo imaginário urbano. Nesse espaço situo o sujeito e seus modos de significar(-se).

Refletimos pois sobre a escrita, pensando o desenho atual do espaço urbano com os loteamentos fechados e condomínios que têm redistribuído o espaço da cidade, rarefazendo a prática da sociabilidade, redesenhando o que é público em bolsões e corredores, redefinindo os territórios que se tornam muito raros e muito cheios.

Fazer um muro que separa um conjunto de casas das outras é um gesto que significa socialmente, instituindo uma divisão (re-significando o que é público e o que é privado),

estabelecendo assim uma interpretação em relação ao que se considera como pertencente (ou não) a este espaço social delimitado, entre o que está dentro e o que está fora dela.

Não se pode pensar a linguagem como se ela estivesse separada do seu meio material, das suas condições, da conjuntura em que aparece. Ora, se a cidade é um espaço social politicamente dividido, um espaço em que o público está rarefeito, isto estará presente também nas manifestações de linguagem que este espaço suporta. Sendo a linguagem um fato social, a própria escrita, a organização da linguagem tem a ver com o modo como, materialmente, este espaço de significação se organiza. Também falamos da escrita urbana pensando a relação da população com a Escola (lugar de institucionalização da escrita), com os instrumentos lingüísticos, com a forma como a publicidade administra a visibilidade gráfica no espaço da cidade etc.

Critica-se a aparência descuidada da cidade, com o lixo que se acumula ao pé das esculturas, restos do churrasquinho dos vendedores ambulantes, com nuvens de fumaça envolvendo os monumentos, estes cobertos de pichações, *inscrições indecifráveis*. Indecifráveis. E este é nosso objeto de compreensão: o indecifrável, o ininteligível que faz sentido. E só faz sentido em uma sociedade como a nossa em que os sujeitos precisam pichar para tentar fazer algum sentido. Indecifrável.

Nos anos 60 éramos pichadores alfabetizados. Nossas reivindicações se faziam com letras tradicionais de uma escrita (que se queria) bem legível: "Fora a Ditadura!". Hoje a pichação é já nos sinais indecifráveis para muitos, a própria manifestação da reivindicação e da contestação política e, mais claramente, social. A pichação de 60 e a atual não são a mesma formação discursiva. Não são o mesmo recorte da ideologia ainda que sejam igualmente contestatórias. Isso é a história e o político. Na pichação de hoje não é algum "conteúdo" transmitido por uma "mensagem" que "contém" a reivindicação. É sua forma

mesma de estabelecer-se como letra outra: como, onde, quem. O sujeito pichador de hoje não manda mensagens, ele se significa na criação de sua letra. Não reconhece/não se reconhece no regime da alfabetização, das letras distribuídas pela escola, na ortografia do certo/errado. O pichador elabora seu sistema e não se submete ao parâmetro do certo/errado, da norma escolar. Ele resiste com sua letra indecifrável, fazendo deslizar sua escritura, produzindo um efeito metafórico da letra, produzindo um sistema de escrita urbano. Sua ilegitimidade é então construída em outro lugar: o direito de usar (sujar) ou não os muros.

Quando as condições são favoráveis, os sujeitos têm sua página em branco, na Escola, no modo como o Estado os individualiza como sujeitos capitalistas de direitos e deveres, sujeitos do conhecimento, letrados. Na sua falta, esses sujeitos têm no muro recém pintado, a página em branco onde inscrever-se simbolicamente, onde escrever, com seus sinais gráficos, elaborados, sentidos como produção simbólica, ligando-os – em sua necessidade de vínculo social – à sociedade de que fazem parte, ainda que tentando um lugar, “esse” lugar, de fora para dentro, de outro lugar, de lá, do bairro, da favela, da periferia (que os profissionais do espaço ensinaram a chamar de “comunidade”).

Esses sinais indecifráveis para grande parte da população, não são indecifráveis para todos. Entre eles há regras, há alianças, eles se comunicam largamente. Há uma ordem significante e há sujeitos que significam. Com este gesto, o de inscrever a letra, eles irrompem no social significativamente.

“Eu sou periferia” me diz um deles. Ele não disse “Eu sou **da** periferia”, em que periferia seria apenas uma localização. Em eu sou periferia, o sujeito e a periferia se confundem. Identificação de um e outro (outros). O lugar (não-lugar social), o ser, a coisa.

E essa asserção tem a força de uma definição. Com todas as conseqüências que a sociedade evita ver. Ininteligível? Indecifrável?

C. Revuz (1997) ao falar sobre o desempregado e seus modos de significar-se, considera que a questão de “ter” (dinheiro, emprego) é definidora em uma sociedade como a nossa. Revuz mostra como as variações de salário, a ameaça de perdê-lo reativam fortemente a questão do lugar. Podemos aí incluir a fragilidade social do lugar que é o do pichador marginal. Ter um emprego (colocação) é ter seu lugar entre os outros e encontrar-se assim intimado a elaborar uma maneira de ser com os outros. Isso é essencial quando pensamos essa necessidade de vínculo que estrutura a sociabilidade para além e para quem do jurídico que é o que sustenta nossa forma sujeito histórica, a do capitalismo.

Se observarmos o sujeito, para além de sua adaptação a comportamento e a sistemas de representação já dados na realidade social, é preciso perguntar como esses elementos do mundo social (individualização pelo Estado) existem para o sujeito enquanto representações psíquicas inconscientes, ideológicas, e como podem ser objetos de identificação, no sentido discursivo do termo. É preciso então atentar para a desigualdade que existe segundo o “lugar” a que pertencemos com sua visibilidade social. Essa visibilidade jogando sobre os outros mas sobretudo sobre o próprio sujeito, em seus processos de identificação, e em termos de retorno da imagem sobre a pessoa: que retorno acolhe aquele que enuncia “eu sou periferia”? Como podemos ver, há uma relação complexa ideologicamente na identificação, que afasta e que aproxima. Que cria distância e que cria vínculo. São esses processos que vemos mobilizados na pichação. Nas metáforas das letras. Escrita. Grafismo. Há no gesto da pichação um desejo, uma necessidade que vai além. Há um gesto que se (o) vincula. Que se engata na relação com um outro. São sinais elaborados. Não são sujeira como querem os que estão do outro lado do muro, da

sociedade, da história e que aceitam a publicidade, o cartaz, o outdoor e que têm espaço para escrever seus textos sejam de que qualidade for.

O gesto da pichação representa esse sujeito mais fundamente na sua vontade social: o do que sai do silêncio (que lhe nega a página em branco do caderno na escola, ou um lugar social onde se “coloque” profissionalmente, ou um espaço cultural que o acolha em suas manifestações próprias). O sinal gráfico que o põe em contato, antes de tudo, consigo mesmo (a forma da grafia, a assinatura etc) e com os seus (as alianças) às vezes aceitas outras não, pela gente do bairro, é o primeiro gesto que o coloca em cena. No modo como foi individualizado para ser da massa informe do povo, ele irrompe, individualizando-se pelo sinal – interpretado como hostilidade social – que ele inscreve no espaço público. São manifestações políticas que denunciam a segregação social. As pessoas estão ali estampando o que sentem em relação ao convívio urbano e elas mesmas, postas na periferia, em meio ao lixo e ao esgoto. “Eu existo”, “Eu estou aqui”. Significam isso nos muros, nos monumentos históricos, onde suas histórias entram como rabiscos indecifráveis mas presentes. Denúncia. Nesses rabiscos, inteligíveis só para iniciados, nos monumentos, eles inscrevem/contam sua história, em cidades que estão tornando o espaço rarefeito e fechando espaços sociais.

Em um movimento que contraria a relação de mão única com que o Estado o individualiza enquanto forma sujeito histórica, a do capitalismo, atado com seu corpo ao corpo social, sem lhe dar condições de realizar vínculos, o sujeito pichador contraditoriamente produz um gesto social. Ele irrompe no social com seu gesto, não desejado mas possível, pelo traço, pelo signo, pela grafia. E produz as condições de um vínculo no espaço nem sempre permitido, no resíduo, na beirada, no muro. Isso o tira do silêncio a que ele está votado. A isso que chamam ruído na comunicação chamo palavras

desorganizadas. As que se encontram um sentido que desorganiza o que a sociedade, ao organizar-se, silencia. E este gesto ecoa na nossa história em sentidos mais longínquos em que era o brasileiro como tal que era silenciado, dito pelas palavras de “outros”, em uma língua que ele falava mas que lhe era negada no colonialismo lingüístico imposto pela política. Mas agora, entre brasileiros e brasileiros, são as nossas instituições que segregam, que põem para fora, para o não-lugar social. De onde esse sujeito resiste.

Essa é uma forma de resistência entre outras. E nossa questão, como colocamos mais acima, é: até que ponto essas formas de resistência são capazes de afetar a forma histórica do sujeito?

Certamente esse gesto em si pode apenas afetar a forma de individualização do sujeito e não atingir a forma histórica do sujeito. Para isso é preciso que ecoe na história e deixe de ser apenas uma repetição para ser uma ruptura.

O que diz Joel Birman sobre o sujeito desejante contemporâneo, em sua participação no II SEAD, pode ser elucidativo. Falando da impossibilidade muitas vezes encontrada por esse sujeito em sua relação com o real, ele diz que o sujeito não consegue produzir um corte metafórico, sucumbindo à metonimização, à repetição do mesmo, não chegando a simbolizar.

Sem dúvida, quando pensamos o sujeito da pichação – em que a quantidade desempenha um papel importante – esse é um risco que ele corre. Mas é um risco que só existe porque ele resiste ao não-sentido e busca a simbolização. De outro modo ele não corre risco algum pois já está segregado.

Não é por acaso que neste texto procuro dialogar com a psicanálise – na citação de Revuz e de Birman. Como diz M. Pêcheux, sempre disposto a organizar situações teóricas em que nos confrontamos com misturas de práticas que transportam cada uma sua marca –

“a poeira dos arquivos, o giz dos quadros-negros, e o suor dos divãs – , embora o encontro (entre historiadores, lingüistas e psicanalistas) é possível, nada nos pode autorizar a considerar, em um certo nível de generalidade, que falamos da “mesma coisa”. Isto porque as circulações discursivas não são jamais aleatórias porque o “não-importa-o que” não é jamais “não-importa-o que”. Os efeitos discursivos derivam de uma materialidade específica. Mas chegar-se a articular o verdadeiro a propósito das materialidades discursivas acompanha-se de deslocamentos de fronteiras entre as disciplinas, afetando profundamente seu regime de verdade, enquanto elas (as disciplinas) são provocadas por suas margens, ou em suas margens (M.Pêcheux,1981).

São estas margens que roçamos o tempo todo quando trabalhamos com discurso. E como diz M. Pêcheux (idem) tocar este triplo real da língua, da história, do inconsciente, sem pressupor uma teoria mais ou menos geral do objeto discurso, exige explorar a rede de questões que aí circulam: nossos terrenos de encontros problemáticos. Para a análise de discurso fica o encargo de trabalhar com a noção de ideologia que é o vestígio desse encontro de terrenos problemáticos. E é com a ideologia que, na análise de discurso, tratamos de questões como a falta e o resto (o a-mais, o que excede), ambos derivando do fato de que há versões, de que a diferença faz sentido na repetição, de que não existe uma separação estanque e inequívoca entre paráfrase e polissemia. Daí pensarmos o sujeito, a linguagem, a história, em seu movimento, em suas rupturas e em seus deslocamentos.

Bibliografia

F. Mazière (2005) *L'Analyse du Discours*, P.U.F., Paris.

M. Pêcheux (1981) *Matérialités Discursives* , P.U.L, Lille.

J-J Schaller (2001) “Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée”, comunicação apresentada na USP.

Touraine, A (1998) *Igualdade e Diversidade – o Sujeito Democrático*, Edusc, SP.

C. Haroche (1992) *Querer Dizer, Poder Dizer*, Hucitec, São Paulo.

Auroux, S, Orlandi, E e Mazière F (1998) L’Hyperlangue Brésilienne, *Langages* 130, Larousse, Paris.

E. Orlandi (2004) *A Cidade dos Sentidos*, Pontes eds, Campinas.